

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

Aos 12 dias do mês de outubro de 2022, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 19, de 6 de outubro de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão dos seguintes projetos de resolução:**
 - [Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª \(BE\)](#) — Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;
 - [Projeto de Resolução n.º 263/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo que proceda à contabilização do período compreendido entre os anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;
4. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 59/XV/1.ª](#) — Responsabilidade dos titulares dos cargos nas inaceitáveis demoras na atribuição das pensões de velhice pelo Centro Nacional de Pensões da Segurança Social, promovendo o agravamento da exclusão social e o empobrecimento dos mais velhos, da iniciativa de Helena Maria Banet Nandin de Carvalho (1 assinatura);**
5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento do Grupo Parlamentar do CH para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social, e dos técnicos que realizaram os cálculos, sobre o impacto do aumento das pensões;**
 - **Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar informações sobre o impacto real da inflação na sustentabilidade da Segurança Social;**
6. **Outros assuntos.**

Discussão e votação na especialidade dos seguintes Projetos de Resolução:

 - a) [Projeto de Resolução n.º 164/XV/1.ª \(PS\)](#) — Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo;
 - b) [Projeto de Resolução n.º 218/XV/1.ª \(PSD\)](#) — Levantamento nacional do número de vagas em creche.

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia.

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 19, de 6 de outubro de 2022;**

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) da IL, do PCP e do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Presidente deu conta que era necessário designar relator para as Propostas de Lei n.ºs 37/XV/1.ª (GOV) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 e 38/XV/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023, devendo os respetivos pareceres ser remetidos à 5.ª Comissão até 25 de outubro. A este propósito, o Grupo Parlamentar do PSD comprometeu-se a proceder à competente designação com a brevidade possível.

Em momento posterior, e já na presença do GP do BE, foi igualmente comunicado que baixara sem votação à Comissão, pelo prazo de 60 dias, o Projeto de Lei n.º 304/XV/1.ª (BE) - Altera o Regime Jurídico Aplicável à Contratação a Termo procedendo à 21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, sugerindo o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) que o mesmo pudesse ser apreciado no Grupo de Trabalho – Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, dispensando-se assim o seu Grupo Parlamentar de apresentar as medidas aí preconizadas como propostas de alteração na especialidade. Não se registou nenhuma oposição ao demandado.

3. Discussão dos seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 186/XV/1.ª (BE) — Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;

- Projeto de Resolução n.º 263/XV/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à contabilização do período compreendido entre os anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;

Depois de inicialmente a discussão das iniciativas elencadas ter sido adiada, dada a ausência do GP do BE, esta realizou-se em momento posterior, com a intervenção das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Lina Lopes (PSD), Alfredo Maia (PCP), Mara Lagriminha Coelho (PS) e Jorge Galveias (CH), nos termos

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

que constam da respetiva [informação](#), publicada nas páginas das iniciativas, para a qual se remete, e que aqui se dá por reproduzida, para todos os efeitos.

4. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 59/XV/1.ª](#) — Responsabilidade dos titulares dos cargos nas inaceitáveis demoras na atribuição das pensões de velhice pelo Centro Nacional de Pensões da Segurança Social, promovendo o agravamento da exclusão social e o empobrecimento dos mais velhos, da iniciativa de Helena Maria Banet Nandin de Carvalho (1 assinatura);**

A petição foi admitida por unanimidade, registando-se ainda nesse momento a ausência dos GP da IL, do PCP e do BE, e não sem que o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) deixasse de se pronunciar sobre o tratamento a dar a estas petições com um número reduzido de subscritores, tendo a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) esclarecido que a Comissão já havia fixado um procedimento específico, nos termos da lei, para as petições subscritas por menos de 101 cidadãos, e que não obstava à admissão, já que todos os peticionários deveriam ter voz no Parlamento, independentemente do número de assinaturas. Desta forma, concluiu-se a intervenção da Comissão com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

- **Requerimento do Grupo Parlamentar do CH para audição da [Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#), da [Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social](#), e dos [técnicos que realizaram os cálculos](#), sobre o impacto do aumento das pensões;**

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) começou por apresentar o requerimento do seu Grupo Parlamentar, que visava a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), da Comissão para a Diversificação das Fontes de Financiamento e Sustentabilidade da Segurança Social e dos técnicos que realizaram os cálculos sobre o impacto do aumento das pensões. Na verdade, considerou que os cálculos apresentados não tinham esclarecido as dúvidas formuladas, já que os pensionistas apenas receberiam um suplemento antecipatório, não sendo considerado a partir de 2023, para efeito de aumentos futuros, essa parcela paga em outubro de 2022. Assim, sublinhou que era agora clara uma perda anual de 250€ por pensionista, que assim continuariam a ver o seu poder de compra



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

comprometido, o que contrariava as medidas adotadas por outros países europeus. Por outro lado, afirmou ainda que não era a sustentabilidade da Segurança Social que estava aqui em causa, tendo-se gerado alarmismo junto dos pensionistas.

Por sua vez, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) aventou que o documento enviado ao Parlamento seria da responsabilidade do MTSSS e não do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), tendo até em conta os dados da lavra deste último ínsitos na proposta de Orçamento do Estado. De resto, lembrou ainda que a Comissão para a Diversificação iniciara recentemente os seus trabalhos, não se opondo, porém, à sua audição em Comissão. O GP do CH concordou com a audição de todos os intervenientes.

Já a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) anunciou que o seu Grupo Parlamentar votaria contra o requerimento em discussão, apesar de, por norma, não obstarem à concretização das audições propostas, explicando que a Senhora Ministra seria ouvida a 24 de outubro, no âmbito da apreciação na generalidade do Orçamento do Estado (OE) para 2023, até com uma grelha mais generosa para todos os partidos, pelo que consideravam que não se justificaria esta tentativa de antecipação.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), que referiu que este tema era muito específico, sublinhando que a informação remetida ao Parlamento era insuficiente, e antevendo que não seria possível essa clarificação no âmbito da já mencionada audição orçamental, donde se o Partido Socialista afirmasse que o quadro enviado pelo MTSSS continha toda a informação necessária, tal poderia ser confirmado em sede de OE. Caso contrário, tratava-se da ocultação de números.

Concluído o debate, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do CH e do BE.

- **Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar informações sobre o impacto real da inflação na sustentabilidade da Segurança Social;**



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que explanou que este pedido resultava do documento enviado pelo MTSSS ao Parlamento. Fazendo referência ao aumento da receita da Segurança Social, considerou que o documento remetido se tratava de uma manipulação, desde logo se cotejado com os dados constantes da proposta orçamental, que indicavam até que o Fundo de Estabilização Financeira não só não se esgotava, como chegaria a 2060 com um saldo superior ao atual. Isto posto, defendeu que o GEP poderia explicar os cálculos apresentados, não acreditando que os mesmos fossem da sua autoria, completando que a divulgação dos dados orçamentais não afetava a audição demandada.

Novamente no uso da palavra, a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) recuperou os argumentos anteriormente expendidos, remetendo para a audição a realizar em sede orçamental, até porque o GEP era tutelado pela Senhora Ministra.

Destarte, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) lembrou que a audição da Senhora Ministra visaria debater o OE na generalidade, e não apreciar o relatório de sustentabilidade da Segurança Social, que era apenas um dos temas a abordar nessa reunião.

Por seu turno, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) concordou que o documento enviado pelo MTSSS desconsiderava o impacto da inflação no lado da receita, sublinhando que era importante perceber de forma clara os seus efeitos reais no nosso sistema de proteção social.

De forma sucinta, o Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) alertou para o drama, construído de forma artificial, sobre a sustentabilidade da segurança social, já que no entender do seu Grupo Parlamentar o que era realmente urgente era aumentar salários e pensões e construir financiamentos complementares da segurança social, concluindo que acompanhavam o requerido, não deixando, contudo, de destacar a necessidade de escrutinar quem tinha verdadeiramente a condução desta matéria, a Senhora Ministra.

Para concluir a discussão, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) indagou se os Deputados e as Deputadas do GP do PS não se sentiam insultados e enganados com



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

o documento enviado pelo Ministério, que reputou de inapresentável e de “aberração técnica”. Não obstante, tendo a Senhora Ministra a condução do processo, repetiu que não havia credibilidade na documentação apresentada. Assim, renovou o interesse da vinda do Gabinete de Estratégia e do debate técnico que a mesma permitiria, completando que os dados haviam sido citados pela Senhora Ministra, mas também pelo Senhor Primeiro-Ministro.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do CH, do PCP e do BE.

6. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, e apesar de as duas iniciativas elencadas *infra* só terem baixado à Comissão na segunda-feira, não se registou nenhuma oposição à sua apreciação imediata:

Discussão e votação na especialidade dos seguintes Projetos de Resolução:

a) [Projeto de Resolução n.º 164/XV/1.ª \(PS\)](#) — **Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo;**

Desta forma, o Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) mencionou que esta iniciativa tinha por base a situação de precariedade que afetava os trabalhadores, em especial os mais jovens, propondo-se o reforço da intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e da fiscalização do cumprimento das normas, em particular de conciliação entre a vida pessoal e familiar e da não discriminação em função do género.

Assim, depois de o Senhor Deputado ter lido o segmento resolutivo do projeto do seu Grupo Parlamentar, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) afirmou que, apesar de manterem na especialidade o voto favorável da generalidade, entendiam a boa vontade do GP do PS de propor ao seu próprio Governo o aumento da fiscalização da contratação a termo, lamentando, porém, que o Partido Socialista, quer no Governo quer no Parlamento, continuasse a aumentar desde 2015 a precariedade nas contratações para o setor público.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

Submetido a votação, o projeto de resolução foi aprovado com os votos a favor do PS, do PSD, do CH e do BE e a abstenção do PCP.

b) Projeto de Resolução n.º 218/XV/1.ª (PSD) — Levantamento nacional do número de vagas em creche.

Recordando que, tal como o anterior, este projeto de resolução já havia sido discutido na generalidade em Plenário, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) resumiu que se visava um passo essencial para a desejada universalização ou generalização da gratuitidade das creches, que passava pela identificação da oferta existente, mormente as vagas convencionadas, incluindo no setor privado. Deste modo, classificou que este levantamento era fundamental para uma agilização no acesso às vagas, frisando a importância da acessibilidade e da celeridade neste âmbito.

Também o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) anuiu que toda a informação era útil, suscitando apenas uma dúvida quanto ao levantamento: a carta social já identificava, por concelho (e não por freguesia, como propugnado pelo GP do PSD), perguntando se não seria preferível uma integração entre esta proposta e o que já existia.

Ademais, a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) destacou que manteriam o voto favorável na especialidade, concordando ainda assim com a sugestão introduzida pelo GP do BE.

Para finalizar, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) reiterou que havia uma preocupação com a acessibilidade da informação, registando que a carta social não estava orientada para informar os pais, ainda que se pudesse extrair essa informação da carta social, que nem sempre era publicada com a rapidez desejada. Enfatizou que saber da existência de vagas era fulcral para os pais formalizarem a candidatura. Submetido a votação, o projeto de resolução em epígrafe foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2022.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 20/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Carla Madureira (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Francisco Dinis (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rui Rocha (IL)